

## **Cidadania e violência no campo: a mediação do Estado no contexto da agricultura familiar no Sertão do Pajeú Pernambucano**

Táisa Cristina Tenório Salvador da Costa<sup>1</sup>

Gustavo de Farias Costa<sup>2</sup>

Gerlúcio Moura Bezerra de Sousa<sup>3</sup>

Maria Aparecida Tenório Salvador da Costa<sup>4</sup>

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE.

### **Resumo**

Analisamos a mediação institucional, caracterizando-a como uma estratégia de comunicação, realizada entre as culturas populares no Sertão do Pajeú – representadas por agricultores familiares da cidade de Afogados da Ingazeira – e o Estado de Pernambuco demonstrando a reconversão exercida diante de suas atribuições institucionais. No atendimento do objetivo analisamos de forma exploratória a relação que se constrói entre as culturas populares e o trabalho desenvolvido por este Estado através de sua Polícia Militar neste território sertanejo. Observamos que a sociedade contemporânea projeta em todos os atores sociais atribuições e responsabilidades na compreensão da sua importância na construção de uma sociedade mais inclusiva, participativa e democrática num contexto de concepções em que prevalecem sempre a violência e sensação de impunidade, fortemente evidenciadas em contextos rurais.

**Palavras-chave:** mediação; reconversão; hibridização; agricultura familiar; justiça informal.

### **Introdução**

A partir do conceito de Martín Barbero sobre mediação segundo o qual este é ‘o lugar de onde se outorga sentido ao processo de comunicação’ (apud LOPES, 2011, p. 248) e pelo fato de, segundo o seu entendimento, esse lugar ser a cultura, faz-se necessário contextualizar o argumento em que se deseja verificar a aplicação desta prática. Orozco

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local/UFRPE. E-mail: taisaccosta@gmail.com

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local/UFRPE. E-mail: gustavofcosta@uol.com.br

<sup>3</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local/UFRPE. E-mail: agrolucio@hotmail.com

<sup>4</sup> Orientadora do Trabalho. Doutora em Sociologia pela UFPE. Professora do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local/UFRPE. E-mail: aparecidatcosta@hotmail.com

Gomes, por sua vez, incrementa este estudo conferindo categorizações a este conceito, o dividindo em individuais, videotecnológicas, situacionais, de referência e institucionais (1997, p. 116-118), esta última constituindo um dos alicerces de nosso trabalho. O objetivo deste texto é analisar a relação que se constrói entre as culturas populares e o trabalho que é desenvolvido pelo Estado de Pernambuco, por meio de sua Polícia Militar, no território sertanejo especificamente da cidade de Afogados da Ingazeira, com a intenção de verificar a dinâmica das mediações praticadas por esta instituição ao se apresentar como justiça informal em meio a território sertanejo. O conceito de justiça informal foi evidenciado por Oliveira (2004, p. 24-25) ao afirmar que:

Refiro-me a práticas de feição nitidamente judiciária (pois que existem partes, audiências de julgamento e decisões) exercitadas pela polícia quando confrontada com pequenos ilícitos protagonizados pelas classes populares. Ou seja: aqui não se trata de ações voluntárias da polícia *contra* as classes populares indiscriminadamente; trata-se de casos específicos que configuram, até certo ponto, conflitos interindividuais e intraclasse, protagonizados por indivíduos pertencentes, uns e outros, às classes populares (...) Nesses casos, a polícia, ao ser notificada do fato através da queixa, em vez de cuidar de fazer o inquérito para posterior apreciação judiciária – como quer o Código de Processo Penal – geralmente assume ela própria um comportamento judicante (...) Há de tudo um pouco. O que, *en passant*, constitui a meu ver um desafio para que os cientistas sociais brasileiros prestem mais atenção à polícia, esta instituição tão presente na vida brasileira, mas, apesar disso, salvo no que diz respeito à sua função de repressão aberta, tão pouco conhecida (grifos no original).

Este conceito se confronta com o fato de que de um modo geral a violência no campo tem se revelado de várias formas, incluindo neste aspecto as relações de posse e uso da terra, a violência contra a mulher e o tráfico de drogas. Para estas condições de irregularidade, o Estado tem sido acionado e a forma de responder as demandas da sociedade por justiça vem sido realizada através de um de seus aparelhos de segurança pública. E neste aspecto, e já há algum tempo, a Polícia Militar tem sido acionada para realizada a resolução de problemas ou elucidação de crimes. Realçamos, em especial, o papel e o desempenho da Polícia Militar de Pernambuco. Por esta razão, elegemos o Sertão do Pajeú, representado pelos agricultores familiares, e sua vasta cultura e importância para o desenvolvimento local e pela mediação de conflitos realizada pelo Estado através do 23º Batalhão de Polícia Militar, como nosso objeto de nossa análise.

Justificamos este estudo pelo fato de que o objeto pesquisado está no âmbito de interesse dos estudos e pesquisas realizados pelo Programa de Mestrado em Extensão Rural e

Desenvolvimento Local – POSMEX, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E este aspecto não tem sido objeto de interesse de pesquisa e por isso essa pesquisa tem um caráter exploratório e uma tentativa de elencar possíveis bases teóricas para um estudo inicial e instigante.

No que se refere ao trabalho da Polícia, observamos no nosso trabalho de campo que prioritariamente as suas ações, em áreas urbanas ou rurais, tem sido vista e criticada pela sociedade como uma das principais responsáveis pelo aumento da criminalidade, especialmente nos grandes centros urbanos e pela sua forma de agir, via de regra, truculenta e pouco fundamentada em estratégias operacionais. Acontece que o hodierno panorama socioeconômico vivido em pleno fervor neoliberalista tem favorecido o incremento das desigualdades e, conseqüentemente, da violência.

Neste contexto, situamos esta instituição secular em um papel deveras relevante e pouco reconhecido: o de mediador de conflitos interindividuais e intraclasse em que ela – a polícia – age por iniciativa das partes e, por meio de ações dialogadas, visa a pôr fim a estes imbróglis, fazendo informalmente as vezes de Poder Judiciário (OLIVEIRA, L., *idem*). Neste agir, tal ação mediadora da polícia militar abre espaço para ‘invadir o espaço doméstico como também reintroduzir em seu discurso a corporeidade, a gestualidade, isto é, a materialidade significativa de que se constitui a interação social cotidiana’ (MARTIN BARBERO apud TAUKE SANTOS, 2013, p. 07).

Este novo ponto de vista nos faz perceber que, especialmente em regiões em que o acesso à justiça não se encontra plenamente democratizado – como no Sertão do Pajeú, objeto de nossa análise – a Polícia Militar confere às suas atribuições institucionais outro significado, acrescentando à previsão constitucional da proteção ostensiva o papel de facilitador na resolução de conflitos, de porta-voz dessas culturas, ao proporcionar a não judicialização de certas situações, contribuindo para o não crescimento de animosidades que poderiam ser visualizadas a partir do conflito ora pacificado.

Desta feita, ao entendermos como reconversão o ato, muitas vezes intencional, de dar outro significado, observar por outra perspectiva, como não poderíamos assim entender a posição da mediação e da tutela, uma vez examinadas pelo prisma do protagonismo que o

Estado, por meio da instituição Polícia Militar passa a exercer perante tais contextos populares.

### **Metodologia do Trabalho**

O texto é resultado de uma pesquisa empírica possui natureza primordialmente qualitativa, uma vez que se caracteriza pela participação dos sujeitos pesquisados e se ocupa dos "significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis" (MINAYO, 1994, p. 21-22).

Para a coleta de informações, foi utilizada em boa parte dele a análise documental tendo em vista que as fontes escritas são, em sua maioria, a base do trabalho de investigação. A seleção dos documentos examinados fora composta por aqueles que têm a dizer sobre a complexidade do mundo contemporâneo, o papel da mediação e suas classificações e outros que compõem a literatura específica referente aos pilares deste trabalho no que tange à Polícia Militar, enquanto instituição. Por esta perspectiva, de acordo com Chaumier, a análise documental corresponde a uma “operação, ou um conjunto de operações, que se destina a representar o conteúdo de um documento numa forma diferente da sua forma original, a fim de facilitar a consulta ou a referência num estado ulterior” (1977, p. 15).

Além da análise documental que nos forneceu aporte teórico e conceitual acerca das estratégias de comunicação, foram realizadas oito entrevistas semiestruturadas com personagens deste processo de mediação, quais sejam, os agricultores familiares e representantes da instituição Polícia Militar, buscando compreender algumas facetas do trabalho que é por estes desenvolvido e como é sentido pelos agricultores. O processo interativo favorecido pela entrevista semiestruturada não é simples, sua complexidade, segundo Szymanski realça “um caráter reflexivo, num intercâmbio contínuo entre significados e o sistema de crenças e valores, perpassados pelas emoções e sentimentos dos protagonistas” (2002, p. 14).

A pesquisa de campo foi realizada nos dias 07 a 10 de junho de 2016 na cidade e cercanias de Afogados da Ingazeira no Sertão de Pernambuco.

Saber sobre o que pensa a população a partir de uma amostragem, se configura um pouco o que fazer como uso e apropriação da mediação da Polícia Militar em Afogados da Ingazeira e apesar de nos valermos de bases teóricas sobre recepção, este trabalho de pesquisa não está caracterizado como estudo de recepção, que demandaria outro tratamento metodológico, longe do estado de pesquisa exploratória deste trabalho.

### **1. Situando os estudos culturais em contextos populares**

Os estudos de recepção na América Latina são muito recentes, surgiram no início dos anos 80, no centro de um movimento que procurava fazer uma reflexão alternativa sobre a comunicação e a cultura de massas através da perspectiva gramsciana, reflexão alternativa às análises funcionalistas, semióticas e frankfurtianas predominantemente até então. Fundamentalmente, porque se apoia no binômio cultura hegemônica – culturas subalternas (LOPES, 2005, p.63). Nos dias atuais, é fundamental a presença da perspectiva teórica das mediações e das hibridizações na pesquisa de recepção em toda a América Latina. (LOPES, 2001).

Lopes (idem) ressalta que os estudos culturais não só libertaram a reflexão sobre a recepção dos meios do modelo reducionista dos efeitos, mas analisando a produção e a recepção da mensagem dentro de um quadro semiológico inspirado no marxismo, colocaram a recepção como prática complexa de construção social de sentido.

Já Tauk Santos destaca que com os estudos teóricos latino-americanos, desvincula-se cultura popular da ideia do tradicional, diante das mudanças ocorridas, ressaltando: produção e consumo dos bens culturais; disseminação do modelo urbano de vida; massificação dos produtos culturais das elites; a expansão dos meios de comunicação de massa; velocidade da informação acelerada pela eletrônica e pela informática. (2001, p.255).

Nesse contexto, caracteriza-se popular como uma posição construída pelas classes subalternas, frente aos códigos da cultura hegemônica. Tauk Santos & Lima (2011) situam contextos populares como cenários onde predominam populações que vivem em condições desfavoráveis e desigualdades dos pontos de vista social, político e econômico, em relação ao acesso e à apropriação dos produtos de riqueza do mundo, tendo como principal característica a contingência de bens materiais e imateriais. Neste sentido, a problemática das culturas

populares ‘tem sido uma questão política porque sempre esteve profundamente ligada a uma reinterpretação do popular pelos grupos sociais e à própria construção do Estado Brasileiro (LOPES, 2005, p.23).

Neste sentido é que trazemos ao estudo a interpretação que possuem os agricultores familiares do Sertão do Pajeú Pernambucano, especificamente os residentes no município de Afogados da Ingazeira e seus arredores acerca da mediação enquanto justiça informal praticada pelo Estado, ora representado pela Polícia Militar presente na região.

Outro ponto que merece destaque é a passagem de um marxismo determinista para um marxismo de corte gramsciano. Evidenciado por Escosteguy ao esclarecer que no marxismo determinista se fazia essencial explicar e analisar os conflitos através de uma única contradição: a diferença de classe, impossibilitando de pensar a pluralidade de matrizes culturais, a diversidade cultural; ao flexibilizar essa lógica foi possível redesenhar as relações entre cultura e classe social, redefinindo tanto o sentido de cultura quanto o de política, permitindo (re) descobrir as culturas populares e a constituição de identidades. (2001, p.44).

Há uma mudança no sentido de dominação para hegemonia, considerando que o dominado contribui para ação do dominador, tendo algumas consequências, como aponta Tauk Santos, tendo como referência Canclini: mesmo que o sistema dominador e as organizações populares estejam em classes distintas, suas ações são tidas como multideterminadas e interatuam em um processo ambivalente; a hegemonia não atua de forma impositiva, ele determina na produção de seus bens e símbolos algo que interesse a cultura subalterna; interação entre os códigos perceptivos, hábitos cotidianos das classes populares e os bens e mensagens hegemônicos, combinando com os materiais recebidos e construindo outros sistemas. (2001, p. 255-256).

Diante da relação desnivelada entre a cultura hegemônica e a cultura popular, Tauk Santos aponta que a cultura popular apresenta duas características, como forma de sobrevivência e resistência: a ambiguidade política e a capacidade de refuncionalizar as propostas do hegemônico, adaptando os usos dessas propostas as necessidades cotidianas (2001, p.254). Neste sentido, trazemos a lição de Immacolata Lopes:

A cultura popular, como toda cultura, possui um traço gerador e distintivo, um modo de produção e percepção simbólica que funciona como uma matriz discriminadora do possível, do provável e até do perceptível (...) Numa

sociedade de classes, a diversidade de situações objetivas produz um complexo campo de representações onde coexistem culturas não somente diferentes, mas desniveladas basicamente em dois planos – a cultura hegemônica e as culturas subalternas – conectadas com a divisão de classes e consequente distribuição diferenciada do poder e da fruição da cultura (2005, p. 64).

As culturas populares tornam-se sujeitos de um processo de hibridização, como aponta Canclini é um entrelaçamento de culturas e pode acontecer de forma intencional ou de um modo não planejado, como resultado de processos migratórios, turísticos ou de algum tipo de intercâmbio econômico ou social. Também afirma que a hibridização sociocultural, com frequência, surge da intenção de reconverter um patrimônio - um conjunto de técnicas e saberes, para se reinserirem em novas condições de produção e mercado (CANCLINI, 1996, p. 03).

E, como mostra Canclini, dentre as estratégias de hibridização identifica-se a reconversão cultural que é uma estratégia da hibridização das elites e das organizações populares de inserção no mercado hegemônico, ou seja, uma ressystematização como processo da hibridação. Tal ideia significa transfigurar um patrimônio material ou imaterial “para reinseri-lo em novas condições de produção e mercado [pois] não é uma simples mescla de estruturas ou práticas sociais discretas, puras, que existem de forma separada, ao combinar-se, geram novas estruturas e novas práticas”, econômicas, socioculturais (idem, ibidem).

Neste sentido, é interessante ressaltar, fazendo uso das lições de Tauk Santos que as reconversões que realizam as culturas populares, em relação à cultura massiva, não se dão de forma natural ou espontânea, ou seja, a reconversão dos códigos de sua cultura em outra, com a intenção de se inserir no mercado de trabalho, participar de uma ordem social ou simplesmente ser reconhecido, representa na maior parte dos casos uma experiência penosa e difícil para as culturas populares. (2008, p. 06). Por sua vez, Burke nos traz que a hibridização é “um trajeto circular que, no entanto, não termina no mesmo local onde começou, já que cada imitação é também uma adaptação” (2003, p. 32), nos fazendo entender que adaptação pode ‘ser analisada como um movimento duplo de des-contextualização e re-contextualização, retirando um item de seu local original e modificando-o, de forma a que se encaixem seu novo ambiente (idem, p. 91).

## **2. Conhecendo um pouco mais da instituição Polícia Militar**

A Polícia Militar, tal como a conhecemos hoje, começou a ser moldada no século 18 na Irlanda, quando as forças ostensivas daquele país passaram a ser substituídas por guardas da Coroa de Westminster. Até aquela época, eles não eram submetidos à hierarquia e disciplina e o seu pagamento, com esta mudança, passou a ser feito pelos cofres públicos (MONET, 2011, p.57-58).

Em nosso país, contudo, faz-se imperioso mencionar que houve uma influência direta do regime ditatorial nas polícias militares, as quais não passavam de forças-tarefas submetidas – já desde aquela época – à hierarquia e disciplina e que ficavam dentro de quartéis, sendo submetidas ao Exército, de tal modo que ‘raras eram as missões de policiamento ostensivo e ainda assim por solicitação da autoridade judiciária ou de outras autoridades e para o emprego em grandes eventos’ (SILVA apud LEMGRUBER, 2003, p.51). Esta situação só começou a mudar com a Constituição de 1967 que submeteu a Polícia Militar ao jugo dos governos estaduais como ‘policiamento ostensivo fardado’ e excluindo quaisquer outras forças de segurança uniformizadas (idem, ibidem).

O advento da Constituição Federal de 1988, conhecida também como Constituição Cidadã, prevê para a Polícia Militar, em seu capítulo destinado à segurança pública, o papel da segurança ostensiva, ou seja, aquela encarregada pela prevenção dos crimes. Atendendo a este imperativo legal, em Pernambuco, esta instituição que já conta com quase 200 (duzentos) anos de história tem se estabelecido como um grupo composto para um fim específico: o da manutenção da ordem social, pensamento este já consolidado no imaginário social, tanto dos próprios policiais quanto da população (NOBRE & PINHEIRO, 2002, p.171).

Na terra dos altos coqueiros, a Polícia Militar conta atualmente com um contingente funcional de aproximadamente 40.000 (quarenta mil) pessoas, distribuídas em 26 (vinte e seis) batalhões, diversas companhias, pelotões e destacamentos (que são as subdivisões de unidades operacionais), além de suas unidades administrativas, correccionais e de assistência social (CAS), espalhados e com atribuição por todo o seu território. E é neste contexto que a proteção aos direitos humanos deve se fazer presente no âmbito de atuação da polícia – no seio da sociedade – bem como no interior desta instituição (colocar referência).

O assunto sobre mediação no Sertão de Pernambuco vem com o intuito de nos estimular a quem sabe compreender, ou trazer uma luz para o entendimento da atuação da



Polícia Militar indo além de assimilar a ideia de ostensividade, o que, em absoluto, não significa onipresença. A Polícia Militar tem o dever institucional de zelar pelos bens públicos e pela sociedade, no que tange aos seus bens jurídicos fundamentais, tais como vida, liberdade, patrimônio, *v.g.* e, deste modo ‘é instada a fazer respeitar a ordem e prevenir a delinquência’ (BENYON *in* MONET, 2001, p.11). Ou ainda, nas palavras de Critchley, ‘na origem, a polícia deveria ser um corpo homogêneo e democrático, agindo em comum acordo com o povo, compreendendo os problemas do povo, partilhando os problemas do povo, extraíndo sua força do povo’ (*idem*, p.12).

Desta feita, a participação da sociedade civil junto à polícia é, para esta, um fator importantíssimo de verificação de sua eficácia e legitimidade, visto que ‘ela apela ao espírito de responsabilidade e de concórdia, impele a participar das iniciativas e atividades da polícia’ (*idem*, *ibidem*).

### **2.1. A voz do Pajeú: os policiais militares como mediadores nas práticas sociais de segurança pública**

Hodiernamente, a Polícia Militar está cada vez mais conectada à população como instituição de controle social, visto que sua atuação envolve os contextos mais diversos de situações de tensão ou mesmo de controvérsias acerca de nosso panorama social.

Em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, é possível verificar que os padrões de criminalidade, não raro, fogem à tônica apresentada exaustivamente pelos veículos de comunicação em massa. Por esta razão, elegemos o Sertão do Pajeú, representado pelos agricultores familiares e pelo 23º Batalhão de Polícia Militar, como objeto de nossa análise.

Entre os dias 07 e 10 de junho de 2016, estivemos na cidade de Afogados da Ingazeira e nos foi dada a oportunidade de sentirmos e conhecermos um pouco da ideia de segurança pública vivenciada nesta região, tanto ao ouvirmos agricultores familiares quanto policiais militares que atuam nesta região, os quais identificaremos por PM, quando policiais militares, ou AF, no caso de agricultores familiares, seguidos por uma cor que os individualize, respeitando, no entanto, a sua privacidade.

De ambas as partes, foi possível extrair que os índices de criminalidade na região vem diminuindo à medida que aumenta o alcance de atuação da Polícia Militar, senão vejamos:

A sociedade do Pajeú tem uma ótima relação com a PM (Polícia Militar), assim como a reconhece como uma instituição ética e comprometida com a segurança pública (Entrevistado PM – Verde).

Depois que a PM passou a fazer mais rondas, a passar mais com as viaturas, parou muito essa história de assaltos por aqui (Entrevistado AF – Branco).

De mesma sorte, é possível perceber que a criminalidade que hoje é visualizada de forma mais latente é tida como sendo de proximidade, a qual envolve conflitos de âmbito doméstico e de vizinhança, na qual vemos a atuação da Polícia Militar indo além do seu papel institucional, exercendo um verdadeiro papel de protagonismo ao mediar tais conflitos, conforme segue:

Não, aqui nós não vemos tanta situação de violência não. É mais, assim, briga de marido e mulher, principalmente quando tem cachaça no meio (...) Vem, a polícia vem quando chama, ajuda até a cachaça a ir embora mais rápido (Entrevistada AF – Vermelho).

Antes os vizinhos aqui se estranhavam mais, mas depois dos projetos, que a gente precisou se unir, unir pra crescer, diminuiu muito isso por aqui (Entrevistada AF – Azul).

Na maioria das vezes, os crimes cometidos em nossa região são da mesma espécie, via de regra, os de violência doméstica (Entrevistado PM – Verde).

Contudo, ainda existe a ocorrência dos chamados CVLI – Crimes Violentos Letais Intencionais, ou seja, os crimes de homicídio – e os CVP – Crimes Violentos contra o Patrimônio – na região, os quais, apesar de estarem em uma curva descendente, demandam muito trabalho ostensivo da polícia, a fim de atingirem números cada vez menores.

Foi, ouvi aqui no rádio do celular... É, eu escuto rádio aqui enquanto trabalho. Boto o celular no bolso e fico ouvindo. Passa um programa policial todo dia às 10 horas. Aí a gente fica sabendo de tudo, né? Roubaram a lotérica lá de Afogados, mas a polícia ‘tava’ ligada. Prendeu ‘tudinho’ no mesmo dia (Entrevistado AF – Branco).

O ano de 2015 foi referência no controle dos CVLI aqui no Batalhão, tanto que em 2014 tivemos 26 homicídios, enquanto no ano passado apenas 17. No ano de 2016, os índices estão controlados, inclusive estamos sem CVLI na área do Batalhão desde 1º de maio. Com relação aos CVP, estamos controlando também com o incremento de diversas operações, mas com essas ações contra os bancos ainda encontramos algumas dificuldades, apesar do esforço. Tanto o é que em 2014 tivemos 78 ocorrências, em 2015 cresceu um pouco, fomos pra 82. Esse ano, até hoje, já estamos em 54, pedindo a Deus para ajudar (Entrevistado PM – Amarelo).

## Considerações Finais

No atendimento do objetivo de analisar a relação que se constrói entre as culturas populares e o trabalho que é desenvolvido pelo Estado de Pernambuco, por meio de sua Polícia Militar, no território sertanejo especificamente da cidade de Afogados da Ingazeira e adjacências foi possível verificarmos pela coleta de dados, a dinâmica das mediações praticadas por esta instituição ao se apresentar como justiça informal em meio a território, enquanto espaço vivido, no Sertão do Pajeú em Pernambuco. Neste aspecto, foi possível evidenciar que nossa compreensão de que a sociedade contemporânea projeta em todos os atores sociais atribuições e responsabilidades que antes não eram valorizadas. Atribuições que passavam despercebidas sem o devido destaque e a compreensão da sua importância na construção de uma sociedade mais inclusiva e justa para todos, talvez pela marca maior de que prevalece sempre a violência e sensação de impunidade.

Nesse cenário de novos desafios, buscamos demonstrar como acontece em um caso concreto, a reconversão da Polícia Militar de Pernambuco, ao buscar na sua atuação funcional atuar na mediação e resolução de conflitos que, não raro, terminavam em crimes de maior proporção ou algumas das vezes silenciados pelo medo da impunidade e da retroalimentação que a violência ocasiona. Hão de serem ainda considerados os aspectos culturais que apreendemos nas entrevistas, tais como o próprio machismo e a dificuldade da mulher em superar as adversidades.

Como bem destacou Oliveira (2004, p. 24), a polícia, por meio de ações dialogadas, consegue oferecer à sociedade soluções práticas a pequenos problemas que, sem sua intervenção, passariam a ser elevados a um patamar conflituoso de difícil solução contribuindo de forma determinante, considerando a realidade local, para o desequilíbrio social tendo como resultado o aumento da criminalidade.

Mesmo com a visão rígida e severa que a sociedade construiu da polícia ao longo do tempo, esse protagonismo da polícia em muito tem contribuído para uma leitura diferente por parte da sociedade a qual vê nesta reconversão uma ação determinante da reconstrução da imagem e na releitura do papel da polícia na construção de uma sociedade mais digna ao se

verificar que há um esforço de um melhor relacionamento da política enquanto aparelho de Estado.

Constatou-se assim a dinâmica das mediações entre as culturas populares e a Polícia Militar do Estado de Pernambuco, no sertão do Pajeú, evidenciando por parte desta a facilitação na resolução de conflitos, muitas vezes vista como porta-voz das culturas populares, proporcionando a não judicialização de algumas situações, o que reflete diretamente e de forma positiva na diminuição da criminalidade.

No entanto, acreditamos que o tema é complexo, este trabalho só tem um caráter exploratório e pode continuar. E pela complexidade o tema abrange vários aspectos, tais como o político, econômico e social e que por isso ainda há muito caminho a se fazer para uma relação de mediação em que se possam ser considerados todos os elementos envolvidos na questão num contexto cultural multicultural.

## Referências

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

\_\_\_\_\_. **Las culturas populares em el capitalismo**. Mexico: Nueva Imagen, 1989.

\_\_\_\_\_. Culturas híbridas y estrategias comunicacionales. **Seminário Fronteiras Culturales: Identidad y Comunicación en America Latina**. Universidad de Stirling, out.1996.

CHAUMIER, Jacques. **As técnicas documentais**. São Paulo: Publicações Europa-América, 1977.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografias dos estudos culturais: uma versão latinoamericana**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

LEMGRUBER, Julita et alli. **Quem vigia os vigias?** Um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil. São Paulo/ Rio de Janeiro: Record, 2003.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. A perspectiva Teórica e Metodológica das Mediações. In: PERUZZO, Cicilia Maria Krohling, PINHO, José Benedito (orgs.). **Comunicação e multiculturalismo**. São Paulo: INTERCOM, Manaus: Universidade do Amazonas, 2001.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONET, Jean-Claude. **Polícia e Sociedades na Europa**. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. Série Polícia e Sociedade, n. 03.

NOBRE, Maria Teresa & PINHEIRO, Frederico Leão. Superando a dicotomia sociedade x policial militar. In: NEVES, RIQUE & FREITAS (orgs.) **Polícia e Democracia: desafios à educação em direitos humanos**. Recife: Gajop; Bagaço, 2002, p. 171-194.

OLIVEIRA, Adriano. Um estudo etnográfico da instituição Polícia Militar. In: NEVES, RIQUE & FREITAS (orgs.) **Polícia e Democracia: desafios à educação em direitos humanos**. Recife: Gajop; Bagaço, 2002, p. 195-204.

OLIVEIRA, Luciano. **Sua Excelência o Comissário e outros ensaios de sociologia jurídica**. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

OROZCO GOMES, Guillermo. **La investigación en comunicación desde la perspectiva cualitativa**. Cidade do México: Instituto Mexicano para el Desarrollo Comunitario, A. C., 1997.

SZYMANSKI, Heloisa (org.). **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. Brasília: Plano Editora, 2002.

TAUK SANTOS, Maria Salett & LIMA, Nataly de Queiroz. Tecendo redes de comunicação para o desenvolvimento local: experiências de redes sociais nos contextos populares. In: **Conexão – Comunicação e Cultura**. Caxias do Sul: UCS, jul./dez. 2011.

TAUK SANTOS, Maria Sallet. O Consumo de Bens Culturais nas Culturas Populares: identidade reconvertida ou diversidade refuncionalizada? In: PERUZZO, Cicilia Maria Krohling, PINHO, José Benedito (orgs.). **Comunicação e multiculturalismo**. São Paulo: INTERCOM, Manaus: Universidade do Amazonas, 2001.

\_\_\_\_\_. Mídias e Culturas Populares Contemporâneas: mediação e tutela. **Revista Signos do Consumo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013, v. 05, n.01, p. 05-18.

\_\_\_\_\_. Receptores imaginados: os sentidos do popular. In: **Encontro da Compós**, 17, 2008, São Paulo. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Recepção, usos e consumo midiáticos”.